

Eixo Temático

**Política Educacional**

Título

**CAMINHOS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: AS INGERÊNCIAS DA SOCIALDEMOCRACIA NEOLIBERAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL**

Autor(es)

**DENISE CAMARGO GOMIDE**

**MARA REGINA MARTINS JACOMELI**

Instituição

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO / HISTEDBR  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

E-mail

**dcbomide@gmail.com**

Palavras-chave

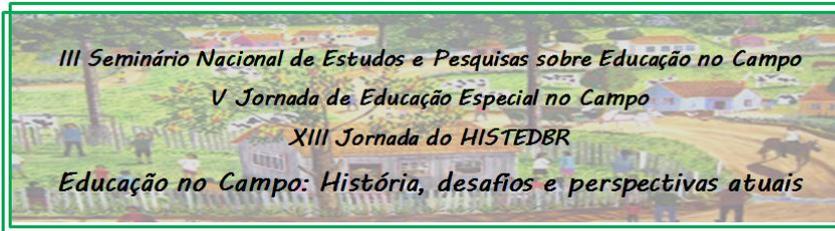
**Políticas educacionais – Neoliberalismo - Currículo**

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o aprofundamento do ideário e da pragmática neoliberal no país, focando de modo especial as ingerências na política educacional do currículo.

O projeto neoliberal, iniciado com Collor de modo aventureiro, atingiu nos governos federais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio da Silva (Lula) uma nova

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



racionalidade na pavimentação dos caminhos do neoliberalismo no Brasil: a socialdemocracia neoliberal.

As medidas iniciadas com Collor tiveram um papel decisivo na preparação do país para o aprofundamento das transformações que se confirmaram nos anos 90 e que se intensificaram nos dois mandatos consecutivos de FHC.

Nesse caminho, o ideário neoliberal foi ganhando força, fortalecendo e aprimorando suas ações nos governos seguintes de Lula que acabaram por representar uma gestão muito mais de continuidade do que de ruptura, consolidando assim o projeto neoliberal.

As reformas implementadas pela socialdemocracia neoliberal brasileira, embora se justificassem como necessárias, na realidade ocultavam os reais interesses que estavam por detrás do discurso oficial, que eram os acordos com as agências multinacionais e a implementação de um novo modelo de gestão que exigiria um novo perfil de gestor público, que deveria seguir os mesmos padrões utilizados pelo setor privado.

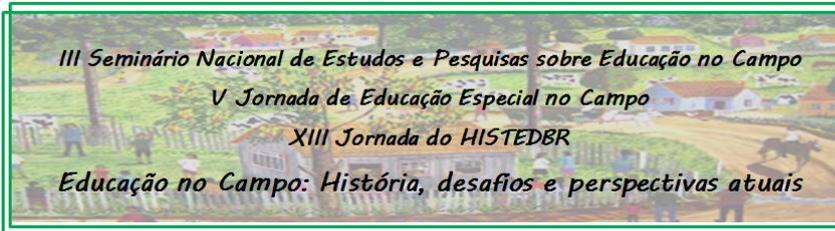
#### Texto Completo

*“É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram. Se o acontecimento aparece diretamente à nossa percepção este pano de fundo que o produz nem sempre está claro. Um esforço e um cuidado maiores devem então ser feitos para situar os acontecimentos e extrair deles os seus possíveis sentidos”. (SOUZA, 1994, p. 14-15)*

Embora faça parte de um passado recente, é preciso rememorar os caminhos de consolidação do nefasto neoliberalismo no cenário brasileiro. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo refletir sobre o aprofundamento do ideário e da pragmática neoliberal no país, focando de modo especial as ingerências na política educacional do currículo.

Na transição democrática (a partir de 1984) ocorreram grandes transformações

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



históricas e a inserção do Brasil na nova ordem mundial. O projeto neoliberal, iniciado com Collor de modo aventureiro, atingiu nos governos federais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio da Silva (Lula) uma nova racionalidade na pavimentação dos caminhos do neoliberalismo no Brasil: a socialdemocracia neoliberal.

O processo de globalização<sup>1</sup> desencadeado a partir dos anos 80 quebrou as fronteiras nacionais e a nova realidade virtual do dinheiro volátil ficou livre para a ocupação de amplos espaços, criando assim possibilidades inéditas de expansão e acumulação tendo em vista o aparecimento de um mercado único e global.

Para atender as necessidades de expansão do capital internacional, o Banco Mundial, no final dos anos 80, formulou uma série de condicionantes aos países endividados para a concessão de novos empréstimos, objetivando a reestruturação econômica desses países tidos como periféricos dentro do sistema capitalista concorrencial global.

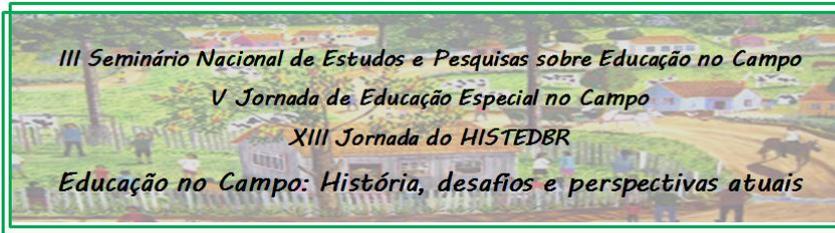
Esses condicionantes eram embasados em políticas neoliberais de caráter estratégico, que buscavam minimizar os efeitos das crises de endividamento desses países, impondo assim programas de estabilização e ajuste econômico para adequá-los aos novos requisitos do capital globalizado. É importante ressaltar que nos últimos anos da história da política republicana brasileira, a economia vem sendo ditada externamente, de uma forma cada vez mais intensa e unilateral, deixando o país com pouca ou nenhuma autonomia para decidir os seus caminhos.

*“Por meio das condicionalidades, o Banco Mundial começou a implementar um amplo conjunto de reformas estruturais nos países endividados, pautadas em uma concepção ‘mais adequada de crescimento’: liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário”. (SOARES, 2009, p.23)*

O proposto “ajuste estrutural” ditado pelos organismos internacionais ao qual deveriam submeter-se os países capitalistas dependentes, marca assim o início da

---

<sup>1</sup> Segundo Lombardi (2009) o conceito de globalização deve ser entendido como expressão ideológica das aceleradas transformações estruturais do modo de produção capitalista que atingem as diversas dimensões da existência humana.



implementação das políticas neoliberais. Segundo o Banco Mundial, as reformas eram necessárias para colocar os países periféricos no caminho do desenvolvimento sustentável, de modo a garantir o retorno da estabilidade econômica, perdida com a eclosão da crise do endividamento no bojo da política “keynesiana” expansionista<sup>2</sup>.

Para sair da crise era necessário eliminar o déficit público, redefinindo os espaços da renda nacional sob o controle do Estado e redefinindo as bases produtivas do Estado capitalista, ampliando os seus espaços. Com este novo ciclo de expansão do capital, a lógica do mercado tornou-se o eixo orientador das políticas públicas.

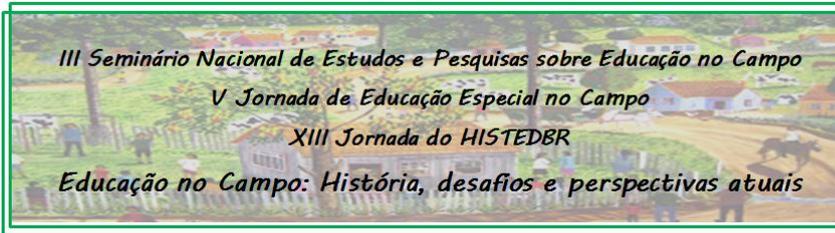
Essa nova orientação política da economia capitalista se consolidou com a ascensão do conservadorismo nos países líderes: Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Margareth Tetcher, na Inglaterra; e Helmut Koll, na Alemanha; tornando-se hegemônica justamente no momento em que ocorreu a derrota final do socialismo na União Soviética.

No Brasil, as reformas propostas pelo modelo neoliberal tiveram início no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) com a implementação de programas de estabilização, corte de gastos públicos, negociação da dívida externa, abertura comercial para o ingresso de capital estrangeiro, programa de privatização, aumento das exportações e empobrecimento dos serviços e políticas públicas.

Essas medidas iniciadas com Collor tiveram um papel decisivo na preparação do país para o aprofundamento das transformações que se confirmaram nos anos 90 e que se intensificaram nos dois mandatos consecutivos de FHC, quando foram aprovadas

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* e que consiste numa organização político-econômica intervencionista, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. A teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário mínimo, do seguro-desemprego, da redução da jornada de trabalho e a assistência médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como "Estado de bem-estar social". Essa proposta de intervenção do Estado na economia tinha como objetivo tentar reverter a depressão e a crise social que ficou conhecida como a crise de 1929 e que culminou na Segunda Guerra Mundial. (ESCOLA KEYNESIANA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Escola\\_keynesiana&oldid=41557072](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Escola_keynesiana&oldid=41557072)>. Acesso em: 30 mai. 2015).



uma série de mudanças constitucionais para o aprofundamento das reformas propostas pelas agências internacionais. O grande marco dessas reformas foi o documento criado em 1995 pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), conhecido como “Plano Diretor do Aparelho de Estado”. A intenção declarada do documento era definir os objetivos e as diretrizes para a reforma pública brasileira, guiada pela lógica economicista.

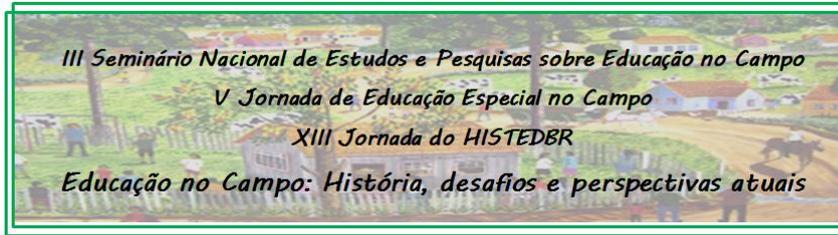
É importante ressaltar que a reestruturação que ocorria no interior do Estado era feita em função dos interesses do capital privado que passou a definir o modelo de administração pública a ser implementado, pautado em políticas de ajuste que o Estado deveria assumir enxugando a máquina estatal para equilibrar os déficits. As metas se centravam no enxugamento de investimentos pelo poder público por meio da racionalização dos gastos, da realocação das verbas, da redefinição de prioridades, dos cortes de desperdícios e da responsabilidade local, atribuindo portanto ao Estado uma nova configuração de mero expectador, desobrigando-o de um projeto mais amplo de nação e escancarando as portas, que na verdade nunca estiveram fechadas, ao protagonismo do mercado. Nessa dinâmica, o resultado não poderia ser outro: esvaziamento da soberania nacional, aumento da pobreza, da miséria, da exclusão.

Nesse caminho, o ideário neoliberal foi ganhando força nas diretrizes políticas do governo de FHC, fortalecendo e aprimorando suas ações nos governos seguintes de Lula que acabaram por representar uma gestão muito mais de continuidade do que de ruptura, consolidando assim o projeto neoliberal.

As reformas implementadas pela socialdemocracia neoliberal brasileira, embora se justificassem como necessárias, na realidade ocultavam os reais interesses que estavam por detrás do discurso oficial, que eram os acordos com as agências multinacionais e a implementação de um novo modelo de gestão que exigiria um novo perfil de gestor público, que deveria seguir os mesmos padrões utilizados pelo setor privado.

Dessa forma, três principais frentes sintetizam as ações da socialdemocracia

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



neoliberal brasileira no campo educacional: a redefinição do papel do Estado, a valorização dos mecanismos de mercado e o apelo à iniciativa privada.

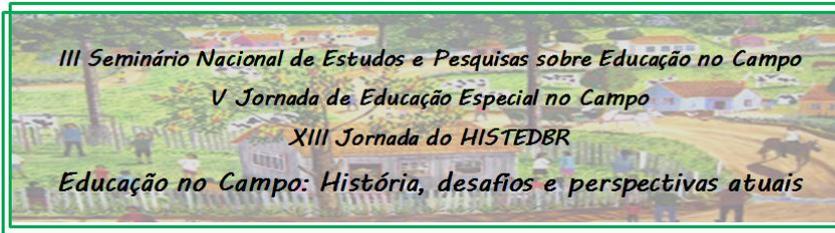
### 1ª Frente – Redefinição do papel do Estado

Com o objetivo de reestruturar o Estado no sentido de desconstruir o Estado providência em prol de um Estado máximo para o capital, as reformas implementadas nos governos da socialdemocracia neoliberal brasileira buscaram converter o sistema educativo em campo de domínio do capital e da produção de mercadorias, acompanhando a tendência mundial.

A partir do início da década de 1990 há um processo de reconfiguração de políticas econômicas e educacionais que se estendem da redemocratização política à liberalização e à privatização. A concepção de Estado, guiada por uma racionalidade, passou a se definir a partir da redução da sua esfera pública (Estado menor) e da reconstrução de sua regulamentação para expandir a esfera privada, sob uma lógica de otimização de recursos, com uma tendência em vincular a educação a um discurso de qualidade sob a lógica empresarial: racionalização administrativa e processos produtivos atrelados a critérios de eficácia e eficiência, sintonizando-se com o desenvolvimento econômico para que o Estado pudesse competir no mercado internacional.

Este modelo de educação, racional e eficiente, capaz de reduzir os custos, implicou na divisão de responsabilidade entre o Estado e a sociedade. Esta tentativa de destituir o Estado da sua imagem competente para gerir as atividades sociais está no bojo das ações da reestruturação produtiva do capital na atualidade.

*“Não seria exagero afirmar que o governo federal já evidenciava, desde o final dos anos 1980, uma clara intenção de transferir para os estados e municípios a responsabilidade pela execução de políticas públicas estruturantes, desobrigando-se, inclusive, do papel de coordenador desse processo, sem considerar que os poderes estadual e local não estavam preparados para assumir tal função... Nesse sentido, a proposta de descentralização das ações administrativas, fundamentalmente para o âmbito local, que tinha no seu discurso a intenção de resgatar o chamado pacto federativo, revelou-se, na prática, um grande engodo” (SANTOS, 2004, p. 12)*



### 2ª Frente – Valorização dos mecanismos de mercado

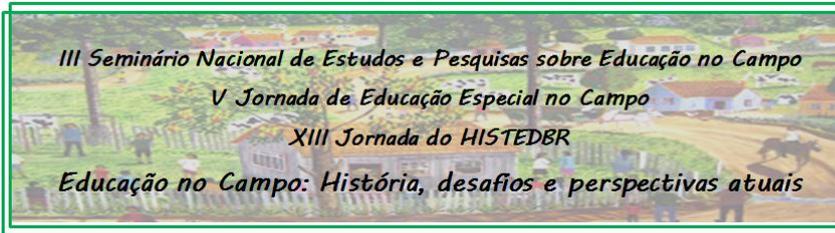
O discurso da qualidade e da produtividade foi a base da Reforma do Estado que pretendia tornar mais eficiente o desempenho da máquina governamental, proporcionando serviços de melhor qualidade para os cidadãos. Contudo, se adequando aos interesses estratégicos dos agentes governamentais, o foco parece ter se deslocado para a esfera administrativa. Nessa perspectiva, os mecanismos de mercado passaram a exercer influência e dominação sobre todas as esferas sociais fazendo com que as políticas públicas fossem orientadas por este novo padrão, especialmente as políticas educacionais: *"trata-se de um 'novo padrão desenvolvimentista' a partir do qual o campo econômico constitui-se na 'mola-mestra' em torno da qual se articulam o social e o educacional"* (SOUZA, 2010, p. 91).

Nessa perspectiva, o cenário educacional brasileiro passou a adquirir novas configurações diante do mundo globalizado, colocando em evidência e em posições decisivas a lógica de mercado, de gestão empresarial, predominantemente tecnicista, contrapondo-se ao Estado regulador que apenas controlaria e mensuraria os resultados na “saída” do processo educacional através de avaliações em larga escala, estabelecendo critérios mínimos de qualidade e eficiência.

Nessa perspectiva, o discurso da qualidade passou, assim como nas empresas, a ser a principal meta propagada pelo discurso político oficial dos governantes, como sinônimo de eficiência e eficácia, termos estes basilares do modelo empresarial, destacando-se assim como motor desencadeador de novas políticas e programas de ações na área educacional, pois na nova conjuntura política e econômica, o fracasso da educação era interpretado como prejudicial ao desenvolvimento econômico e à competitividade internacional e, portanto, a escola e o ensino passaram, nesse contexto, a serem vistos como investimento e o aluno como capital intelectual.

### 3ª Frente – O apelo à iniciativa privada

Ao longo da história, as parcerias entre os setores público e privado têm se efetivado principalmente através de transferências de serviços historicamente

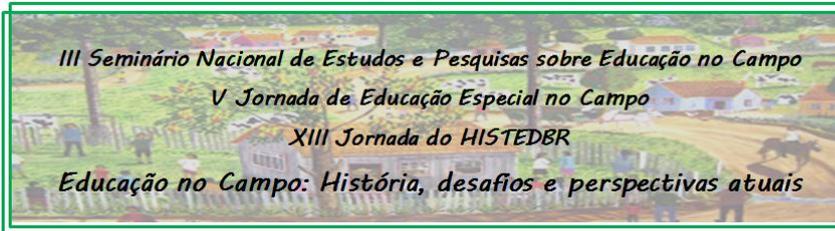


considerados privativos do poder público para grupos privados e tornam-se recorrentes em vista do crescimento desta prática no Brasil (Saviani, 2010).

A prestação de serviços educacionais no Brasil pelo setor privado já vinha se expandindo desde a década de 1960, mas foi intensificada a partir da década de 1970, quando foi inaugurado o primeiro programa governamental de privatização. As políticas educacionais posteriores à década de 1980 atendiam às recomendações do Banco Mundial que, nos programas de ajuste estrutural dos países periféricos, apresentavam cinco eixos principais, dentre os quais destaca-se aqui a privatização das empresas e dos serviços públicos (Soares, 2009).

Contudo, foi na década de 1990 que esta discussão efetivamente veio à tona, quando o Estado passou a delegar a maior parte de suas obrigações ao setor privado, se limitando apenas àquelas de caráter assistencial para os cidadãos cujo poder aquisitivo não permite pagar por um serviço privado. Essa interferência do privado no setor público pode ser identificada na legislação que, segundo Saviani (1999), favoreceu a iniciativa privada e reconheceu as instituições privadas com finalidade lucrativa a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, ao mesmo tempo em que mantinha estagnados os recursos financeiros para as instituições públicas. Em 30 de dezembro de 2004, no governo Lula, foi aprovada a Lei de nº 11.079 que trata das Parcerias Público-Privadas – PPPs, instituindo normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. Desse modo, excetuando o poder de regular, legislar e policiar, todo o restante poderia vir a ser objeto de ação do setor privado.

Assim, os convênios estabelecidos com a iniciativa privada, em geral sob forma de parcerias, estão no âmago da redefinição da função do Estado como provedor da educação pública, de forma que os particularismos defendidos pelos grupos empresariais investidores agora têm espaço para definir o caráter da escola pública, expressando um papel cada vez mais orgânico dos interesses da burguesia. Desta forma, o capital se torna também mais presente nos assuntos relativos à formação humana e a educação passa a constituir-se como um espaço de disputa de projetos sociais de



classe, no qual cabe ao capital forjar um *ethos* coerente com o novo espírito do capitalismo.

É fato que a presença desses organismos privados redefine a função social da escola pública, ao preconizar uma educação comprometida com o capital, e por isso necessita ser repensada, identificando qual o sentido da educação veiculada por essa iniciativa da sociedade civil dirigida pelo empresariado.

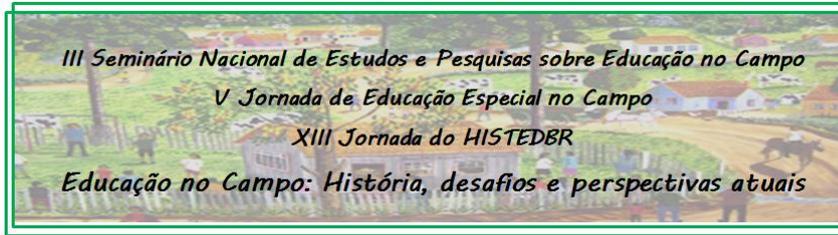
Podemos inferir, portanto, que as ações da socialdemocracia neoliberal permitiram que o campo econômico ampliasse sua influência e dominação sobre todas as esferas sociais fazendo com que as políticas públicas fossem orientadas por esse novo padrão, especialmente as políticas educacionais: *"trata-se de um 'novo padrão desenvolvimentista' a partir do qual o campo econômico constitui-se na 'mola-mestra' em torno da qual se articulam o social e o educacional"* (SOUZA, 2010, p. 91).

Nesse sentido, fazia-se necessária uma adequação da educação ao atual momento histórico de modo a inculcar os valores desejáveis a esse tipo de sociedade. A reformulação do currículo da educação básica brasileira anunciada na LDB de 1996 e consolidada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), editados em 1997, contemplaram essa necessária adequação da educação ao atual momento histórico, marcado por uma grande mudança econômica e social.

Assim, as políticas educacionais curriculares propostas pela socialdemocracia neoliberal buscaram, nesse contexto, fazer do currículo escolar uma “caixa de ressonância” das ideologias favoráveis que, a partir da conformação aos interesses burgueses e, conseqüentemente, do controle cultural, passariam a promover o ajuste necessário da sociedade no que diz respeito à formação humana a fim de manter tais interesses como hegemônicos diante das crises que vem assolando a sociedade capitalista.

*“Para que a globalização do mundo não seja arbitrária, é preciso desenvolver hábitos democráticos como forma de construirmos uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais humana. Por trás do discurso da democracia, vemos um grande império (os EUA) invadir*

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



*e destruir, por exemplo, o Iraque. Estão fazendo isso em nome da democracia. A nova ordem prevê uma retórica democrática que escamoteia a exploração e condena milhares de pessoas a seguirem determinada visão de mundo, no caso, a que dá suporte à sociedade capitalista ocidental” (JACOMELI, 2007, p.35).*

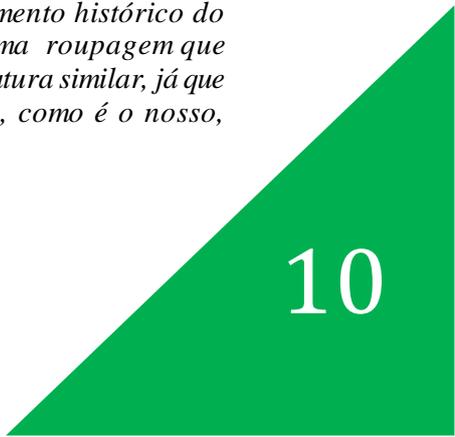
Nesse novo cenário, a visão de ciência até então predominante precisaria ser superada para ceder lugar aos conteúdos/conhecimentos que fizessem parte do cotidiano do homem comum para atuar em uma sociedade democrática. Buscando atender aos condicionantes das organizações mundiais que financiam, dirigem e controlam a expansão da educação de modo especial nos países latino-americanos, a intenção clara da reforma curricular era de reordenar a sociedade a partir do controle não só econômico e político, mas também cultural dos países tidos como periféricos por aqueles que dominam, economicamente, o mundo hoje através da inculcação de valores desejáveis para o presente momento histórico.

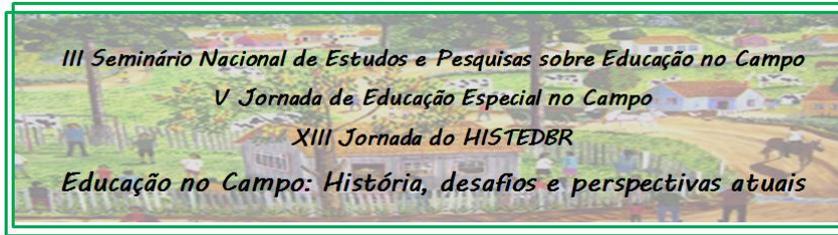
*“Em países periféricos, como é o caso do Brasil, prevalece a ingerência política dos órgãos financeiros internacionais, apontando e determinando medidas econômicas e sociais que diminuem cada vez mais a influência do Estado em todos os setores da sociedade... As agências internacionais estão a ditar os caminhos que a política educacional brasileira deve seguir para se adequar a esses tempos de globalização” (Idem, p.45).*

Não é novidade que a retórica liberal utiliza-se recorrentemente da escola como forma de divulgação dos valores e comportamentos que lhe são caros para manter a sociedade coesa e pacífica e assim sobreviver por mais tempo. E nesse sentido, os PCNs se apresentam como uma rearticulação do liberalismo, particularmente na sua expressão escolanovista, repaginada agora pela proposta construtivista, o que nos permite inferir que não estamos vivenciando “o novo” e, portanto, a visão de que a globalização e a ideologia neoliberal representam uma ruptura histórica, precisa ser relativizada:

*“É certo que presenciamos grandes mudanças advindas da globalização do capitalismo, mas dizer que isso significa uma ruptura com os períodos históricos anteriores é não entender, por exemplo, que a ideologia neoliberal proposta para o momento histórico do capitalismo, chamado de globalização, é apenas uma roupagem que guarda internamente como o liberalismo uma estrutura similar, já que pensa o desenvolvimento dos países periféricos, como é o nosso,*

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





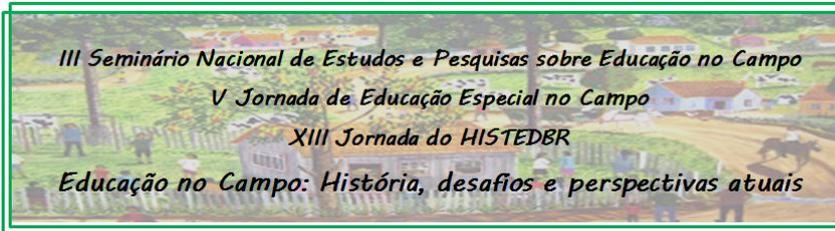
*através de mudanças estruturais que mantém os mesmo mecanismos perversos de exploração” (Ibidem, p. 32).*

Nessa rearticulação do liberalismo no campo do currículo, a ênfase está nas competências e habilidades de cada um, cabendo ao indivíduo adquirir as qualidades essenciais para sua empregabilidade, retomando, portanto, a tese do individualismo liberal, recolocando o fracasso e o sucesso como algo estritamente de responsabilidade individual e enfatizando o princípio da performatividade. Nesse sentido, a elaboração dos parâmetros curriculares buscou atender às demandas da sociedade globalizada para que (con)formasse todos os cidadãos para uma mesma realidade.

Sendo assim, concluímos que o surgimento dos instrumentos políticos e administrativos proclamados como necessários à nova ordem mundial, na realidade representou uma adequação à reprodução ampliada do capital. Esses instrumentos aparecem como elementos discursivos, de caráter ideológico, utilizando mecanismos de controle social, nitidamente identificados nos documentos criadores das novas políticas educacionais e, portanto, devem ser questionados, considerando que o modelo gerencial das empresas é incompatível com os princípios inerentes à educação verdadeiramente pública.

Neste tipo de formação veiculada nas escolas não há a garantia do ensino desinteressado. Ou seja, o ensino da escola básica pública sob uma perspectiva socialista e democrática *“não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que instrutivo, isto é, rico de noções concretas”* (GRAMSCI, 2006, p.49).

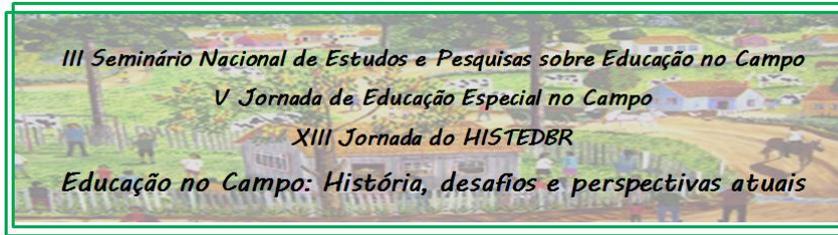
Manifesta-se então a necessidade retomar os nexos entre as classes sociais e seus projetos de educação. Em oposição ao Estado burguês e ao mercado, que mascaram os interesses do capital, os projetos educacionais que tem como objetivo a defesa da educação pública de qualidade para os filhos dos trabalhadores devem pautar-se no marxismo por seu inseparável caráter científico e ideológico.



A educação pública precisa cumprir com a função social de elevar a formação humana, possibilitando, aos filhos dos trabalhadores, os conhecimentos que sempre lhes foram negados. A eles, o Estado Capitalista só oferece as primeiras letras, a mínima instrumentação para o trabalho precário. É por isso que aqueles que vivem o trabalho explorado devem se utilizar das instituições públicas como espaço da luta de classes contra a difusão dos interesses hegemônicos do capital e pela educação que represente de fato uma dimensão da emancipação humana.

E é justamente este o resultado esperado com este artigo: aguçar a consciência crítica buscando a superação das relações sociais vigentes, compreendendo e esclarecendo o presente para projetar as ações futuras. Perante os desafios e as contradições que hoje tomam o mundo como cenário, faz-se necessária a formação de uma nova crítica social

*...que consiga analisar a atual conjuntura, sem perder de vista os projetos emancipatórios da humanidade e fornecer critérios de ação educativa, para seguir construindo a sociedade solidária com a participação de cidadãos armados de conhecimentos científicos e filosóficos, de habilidades e competências e responsabilidades éticas e políticas com a construção de uma nova fase da humanidade, no significativo período histórico que nos toca: o começo de um novo milênio (LOMBARDI, 2009, p.104).*



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GENTILLI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JACOMELI, M. R. M. **PNCs e temas transversais: análise histórica da política educacional brasileira**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós modernidade e educação. História, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2009.
- NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- SANTOS, R. S. **Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal**. RAP, Rio de Janeiro, v.1, n. 38, p. 7-32, jan/fev. 2004.
- SAVIANI, D. **A nova Lei da educação – LDB: Trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.
- SOARES, M.C.C. *Banco Mundial: políticas e reformas*. In: TOMMASSI, L.; WARDE, M.J; HADDAD, S. (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.